

DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DA ORDEM PÚBLICA E SOCIAL E
CORREGEDORIA GERAL DO DISTRITO FEDERAL

Contrato nº 008/2009-SEOPS/CGDF - Aquisição de licença de uso de softwares sistema antivírus para estações e servidores instalados nos computadores da rede corporativa da Secretaria de Estado da Ordem Pública e Social e Corregedoria Geral do Distrito Federal, nos termos do Padrão nº 08/2002, por adesão à Ata de Registro de Preços PE-139/2008, do Tribunal Superior do Trabalho. Processo nº 480.000.287/2009.

Cláusula Primeira – Das Partes

O DISTRITO FEDERAL, por meio da SECRETARIA DE ESTADO DA ORDEM PÚBLICA E SOCIAL E CORREGEDORIA-GERAL DO DISTRITO FEDERAL – SEOPS/CGDF, doravante denominada CONTRATANTE, com sede no Ed. Anexo do Palácio do Buriti, 12º Andar, Praça do Buriti, Brasília – DF, inscrita no CNPJ sob o nº 08.944.148/0001-96, representada neste ato por ROBERTO EDUARDO GIFFONI, na qualidade de Secretário de Estado e Corregedor Geral, com delegação de competência prevista nas Normas de Execução Orçamentária, Financeira e Contábil do Distrito Federal e a empresa PSN TECNOLOGIA LTDA., doravante denominada CONTRATADA, com sede no SRTVS Quadra 701, Conjunto L, Bloco II, Sala 336 – Brasília/DF, CEP: 70.340-906, CNPJ nº 04.786.911/0001-47, representada neste ato por MÁRIO JARBAS PAINI, portador da Carteira de Identidade nº 8.685.893 – SSP/SP, inscrito no CPF sob o nº 691.917.431-68, na qualidade de Diretor Comercial.

Cláusula Segunda – Do Procedimento

O presente Contrato obedece aos termos do Edital de Pregão Eletrônico nº 139/2008 (fls. 25/97), da Ata de Registro de Preços nº PE-139/2008-A (fls. 15/24), da proposta de fls. 132 a 133 e da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

Cláusula Terceira – Do Objeto

O Contrato tem por objeto a aquisição de até 450 (quatrocentos e cinquenta) Licenças de Uso de Software Antivírus – McAfee System Protection, para estações, com serviços de suporte técnico, manutenção e atualização de licenças por 36 (trinta e seis) meses e de até 20 (vinte) Licenças de Uso de Software Antivírus – McAfee System Protection, para servidores, com serviços de suporte técnico, manutenção e atualização de licenças por 36 (trinta e seis) meses, consoante especifica o Edital de Pregão Eletrônico nº 139/2008 (fls. 25/97) e a Ata de Registro de Preços nº PE-139/2008-A (fls. 15/24), que passam a integrar o presente Termo.

Cláusula Quarta – Da Forma de Fornecimento

A entrega do objeto processar-se-á na forma estabelecida no item 13 do Edital de Pregão Eletrônico nº 139/2008 (fls. 25/97), facultada sua prorrogação nas hipóteses previstas no § 1º, art. 57 da Lei nº 8.666/93, devidamente justificada por escrito e previamente autorizada pela autoridade competente para celebrar o Contrato.

Cláusula Quinta – Do Valor

5.1 - O valor total do Contrato é de R\$ 33.487,50 (trinta e três mil, quatrocentos e oitenta e sete reais e cinquenta reais), devendo esta importância ser atendida à conta de dotações orçamentárias consignadas no orçamento corrente da CONTRATANTE.

Cláusula Sexta – Da Dotação Orçamentária

6.1 – A despesa correrá à conta da seguinte Dotação Orçamentária:

I – Unidade Orçamentária: 45101

II – Programa de Trabalho: 04126007930110001

Robert Giffoni


III – Natureza da Despesa: 339030

IV – Fonte de Recursos: 100

6.2 – O empenho inicial é de 33.487,50 (trinta e três mil, quatrocentos e oitenta e sete reais e cinquenta reais), conforme Nota de Empenho nº 2009NE00320, emitida em 07.08.2009, sob o evento nº 400091, na modalidade Ordinário.

Cláusula Sétima – Do Pagamento

O pagamento será feito, de acordo com as Normas de Execução Orçamentária, Financeira e Contábil do Distrito Federal, em parcela única, liquidada até 10 (dez) dias após o recebimento definitivo do objeto, devidamente atestada pelo Executor do Contrato.

Cláusula Oitava – Do Prazo de Vigência

O Contrato terá vigência de 36 (trinta e seis) meses, a contar da data de sua assinatura.

Cláusula Nona – Da responsabilidade do Distrito Federal

O Distrito Federal responderá pelos danos que seus agentes, nessa qualidade, causarem a terceiros, assegurado o direito de regresso contra o responsável nos casos de dolo e de culpa.

Cláusula Décima – Das Obrigações e Responsabilidades da Contratada

11.1 – A Contratada fica obrigada a apresentar, ao Distrito Federal:

I – até o quinto dia útil do mês subsequente, comprovante de recolhimento dos encargos previdenciários, resultantes da execução do Contrato;

II – comprovante de recolhimento dos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais.

11.2 – Constitui obrigação da Contratada o pagamento dos salários e demais verbas decorrentes da prestação de serviço.

11.3 – A Contratada responderá pelos danos causados por seus agentes.

11.4 – A Contratada se obriga a manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

11.5 – Cumprir e fazer cumprir as obrigações constantes do Edital de Pregão Eletrônico nº 139/2008 (fls. 25/97) em relação a CONTRATANTE.

Cláusula Décima Primeira – Da Alteração Contratual

12.1 – Toda e qualquer alteração deverá ser processada mediante a celebração de Termo Aditivo, com amparo no art. 65 da Lei nº 8.666/93, vedada a modificação do objeto.

12.2 – A alteração de valor contratual, decorrente do reajuste de preço, compensação ou penalização financeira, prevista no Contrato, bem como o empenho de dotações orçamentárias, suplementares, até o limite do respectivo valor, dispensa a celebração de aditamento.

Cláusula Décima Segunda – Das Penalidades

O atraso injustificado na execução, bem como a inexecução total ou parcial do Contrato sujeitará a CONTRATADA à multa prevista no Edital, descontada da garantia oferecida ou judicialmente, sem prejuízo das sanções previstas no art. 87, da Lei nº 8.666/93, facultada ao Distrito Federal, em todo caso, a rescisão unilateral.

Cláusula Décima Terceira – Da Dissolução

O Contrato poderá ser dissolvido de comum acordo, bastando, para tanto, manifestação escrita de uma das partes, com antecedência mínima de 60 (sessenta) dias, sem interrupção do curso normal da execução do Contrato.

Cláusula Décima Quarta – Da Rescisão

O Contrato poderá ser rescindido por ato unilateral da Administração, reduzido a termo no respectivo processo, na forma prevista no Edital, observado o disposto no art. 78 da Lei nº 8.666/93, sujeitando-se a CONTRATADA às consequências determinadas pelo art. 80 desse diploma legal, sem prejuízo das demais sanções cabíveis.

entuliffoni
F

Cláusula Décima Quinta – Dos débitos para com a Fazenda Pública

Os débitos da CONTRATADA para com o Distrito Federal, decorrentes ou não do ajuste, serão inscritos em Dívida Ativa e cobrados mediante execução na forma da legislação pertinente, podendo, quando for o caso, ensejar a rescisão unilateral do Contrato.

Cláusula Décima Sexta – Do Executor

O Distrito Federal, por meio da CONTRATANTE, designará um Executor para o Contrato, que desempenhará as atribuições previstas nas Normas de Execução Orçamentária, Financeira e Contábil.

Cláusula Décima Sétima - Da Publicação e do Registro


A eficácia do Contrato fica condicionada à publicação resumida do instrumento, na Imprensa Oficial, até o quinto dia útil do mês subsequente de sua assinatura, após o que deverá ser providenciado o registro pela Secretaria de Estado da Ordem Pública e Social e Corregedoria-Geral do Distrito Federal.

Cláusula Décima Oitava – Do Foro

Fica eleito o foro de Brasília, Distrito Federal, para dirimir quaisquer dúvidas relativas ao cumprimento do presente Contrato.

E por estarem justos e contratados, firmam o presente Contrato em 3 (três) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo.

Brasília, 04 de setembro de 2009


ROBERTO EDUARDO GIFFONI
Secretário de Estado e Corregedor Geral


MÁRIO JARBAS PAINI
Diretor Comercial